

Cadernos Barruel 12

- 1983

- [GNOSE E GNOSTICISMO NA FRANÇA DO SÉCULO XX](#)
- [O DRAMA DO RALLIEMENT - 2](#)

GNOSE E GNOSTICISMO NA FRANÇA DO SÉCULO XX

A corrente gnóstica, que viveu seus dias de glória entre os séculos I e VI depois de JESUS CRISTO, depois se ocultou, pelo menos no Ocidente, sem jamais cessar, contudo, de se manifestar aos solavancos até os dias de hoje.

Numerosos estudos sobre as doutrinas gnósticas já foram publicados neste Boletim (nota 1), e um futuro artigo será dedicado a esses ressurgimentos desde a Idade Média, mas precisamos hoje "colocar os pingos nos i" a respeito do despertar gnóstico contemporâneo, já que alguns fingem não compreender nossas primeiras explicações, a menos que realmente não tenham entendido nada! Aliás, podemos nos perguntar o que, de uma coisa ou de outra, seria mais inquietante...

Convém, portanto, recordar os fatos, ou seja, as diversas posições das pessoas envolvidas no que se tornou hoje um escândalo no meio católico.

O Pensamento Católico, nos últimos anos.

A Revista "*La Pensée Catholique*" do padre Luc Lefèvre abriga, há alguns anos, artigos do Sr. Jean Borella, e ela fez editar, pelas suas Edições *du Cèdre*, há quatro anos, o livro "*A Caridade Profanada*". Graças a esse patrocínio, o livro se difundiu nos meios católicos tradicionais, especialmente entre os padres (nota 2).

Uma tal enormidade nos levou a fazer um estudo aprofundado dessa obra e a buscar conhecer melhor o autor através de suas referências humanas e livrescas; finalmente, um artigo muito circunstanciado foi publicado no Boletim nº 9 sob o título "[A Gnose 'Tradicionalista' do Professor Borella](#)", que só podemos encorajá-lo a reler como preliminar.

É certo que essa publicação constituiu uma pedra no lago e desagradou a muitas pessoas, em primeiro lugar o próprio autor, o que é normal, e também o padre Lefèvre, incomodado com esse holofote intempestivo, fonte de muitas interrogações por parte de seus amigos, agora inclinados a desconfiar, senão a se afastar prudentemente.

A melhor solução para o diretor da *Pensée Catholique* não teria sido reconhecer que foi enganado e dedicar pelo menos algumas páginas de sua revista para esclarecer aqueles que ele contribuiu para levar ao erro? Manifestamente, não foi essa a sua solução: o padre Lefèvre preferiu fazer-se de inocente, e eis que, para sustentar uma posição tão frágil, ele coloca em ação, no nº 203 de sua publicação (Março-Abril de 1983), a guarda de seus teólogos; o espetáculo vale a pena ser visto e julgamos útil e instrutivo reproduzir alguns extratos para nossos leitores.

Alguns pareceres teológicos... em favor da gnose borelliana

O primeiro parecer é do RP Philibert de St Didier, OFM cap., sob o título "*A propósito de uma controvérsia*".

“*"As controvérsias podem ser úteis, mesmo entre pessoas que, compartilhando a mesma Fé, se querem unidas na mesma divina caridade. Elas podem fazer aparecer aspectos da verdade aos quais não se havia pensado inicialmente. Mas que se guardem de ferir a estima e a confiança mútuas que devemos em nossa fraternidade em Jesus. É isso que me leva a entrar na controvérsia que verdadeiros amigos fazem a um amigo não menos querido, Jean Borella."*

É uma grande pena que a questão seja assim resolvida de ofício e que sejam colocados sob a mesma bandeira os católicos que somos e o gnóstico que é o Sr. Borella (como mostraram as vinte páginas do artigo publicado no nº 9 do nosso Boletim). Não é cedo demais para notar que em todos esses textos da *Pensée Catholique*, nem uma única linha responde ao próprio artigo: essa bizarrice, ou essa prudência, vale por si só mais do que uma longa resposta.

“*"Por quê? Porque ele coloca novamente em circulação uma palavra odiada pelo fato de ter outrora veiculado a heresia, a palavra 'gnose'. Eu mesmo, ao apresentar no nº 180 da Pensée Catholique a notável obra de nosso sábio amigo 'A Caridade Profanada', não havia escondido o movimento de desconfiança que essa palavra me causava, mas o eminente professor se explicou de forma tão delicada e pertinente que pensei este ponto definitivamente esclarecido. Ocorreu de outra forma. O 'Combate da Fé' julgou dever reavivar a desconfiança e um dos redatores da Sociedade Augustin Barruel foi até mesmo pronunciar uma condenação em regra. A resposta que lhe deu Jean Borella, digna e pertinente, empregou-se em restabelecer nobremente a verdade."*

Novo escamoteamento à base de epítetos e advérbios pomposos que não explicam nada, à imagem da famosa resposta do Sr. Borella que publicamos no [Boletim nº 10](#) e que, rodeando o assunto, evitava cuidadosamente abordar, nem que fosse com a ponta da caneta, as verdadeiras questões longamente expostas no artigo questionado. Estranho, não é?

“*"Mas eis que, por último, o crítico que assina no "Le Courier de Rome et d'ailleurs" como Michel Martin, renunciando a atacar a coisa, ainda assim processa a palavra". "É uma dessas palavras que matam", declara ele. Pois existem palavras que matam. E ele dá como prova a palavra "democracia".*

Segue-se todo um desenvolvimento sobre o uso da palavra democracia desde Leão XIII, o que é um recurso fácil para cativar a audiência de católicos antirrevolucionários e falar sem tocar no assunto. Talvez se pudesse recordar a frase de um prelado romano da época da "Aliança" (Ralliement) que, falando da República e do Papa, dizia: *"fizeram-no engolir a palavra, farão com que engula a coisa também"*.

“*"Michel Martin afirma que 'gnose' só pode fazer o mesmo trabalho ruim. Acredito que aqui o raciocínio análogo não se justifica. Em 'democracia', de fato, o contrassenso está na própria palavra: 'governo dos governados'. Engolir isso é envenenar-se. Não é o mesmo com 'gnose', que etimologicamente diz apenas 'ciência' e pode, portanto, ser empregada de forma sadia para designar toda ciência verdadeira"...*

Mas que briga bem menor essa, se "renunciando a atacar a coisa, simplesmente se processa a palavra"... e como tal atitude alegraria o Sr. Borella, especialista em logomaquia!

Infelizmente para ele, não é disso que se trata, mas sim dos problemas de fundo, não obstante o teólogo seguinte, um dominicano, o Padre René Spitz, OP, cuja opinião é precisamente intitulada "Uma briga de palavras".

“*"Briga de palavras mal iniciada pelo Sr. Martin: os dois termos 'gnose' e 'democracia' pertencem a ordens totalmente diferentes. A 'democracia', como governo do povo, nos leva às ciências humanas das quais atualmente se gosta tanto de se vangloriar. A 'gnose' designa o saber em geral. Sem dúvida, o gnosticismo evoca as heresias contra as quais se ergueu Santo Irineu, no final do século II da nossa era. Mas confundir gnose e gnosticismo equivale a confundir ciência e cientificismo, isto é, se pensarmos no século XIX, tomar Claude Bernard e Louis Pasteur por discípulos atrasados de Auguste Comte!"*

O terceiro teólogo, um dominicano anônimo, recusa, por sua vez, *"toda polêmica com autores que manejam tão mal o raciocínio teológico"*. Considerando em que vespeiro gnóstico foram se meter aqueles que pretendem manejá-lo tão bem, e constatando que cegueira incoercível essas más companhias causaram neles, não há motivo para se orgulhar, não, realmente não!

O quarto teólogo boreliano é ainda um dominicano, o Padre Jean Tonneau, OP, que nos diz, entre outras coisas:

“*"Sempre leio com interesse e proveito, em 'La Pensée Catholique', os artigos ou resenhas assinados pelo Sr. Jean Borella, especialmente o artigo publicado no Nº 193 sob o título 'Gnose cristã e gnosés anticristãs'. Que a palavra 'gnose'*

tenha 'má reputação no cristianismo', o próprio autor nos adverte e ele toma o cuidado de reencontrar seu sentido exato e legítimo. Santo Irineu não refutou a gnose, mas 'a pretensa gnose' ou gnose mentirosa, o que leva a crer que existe uma gnose verdadeira".

Vê-se que esses quatro religiosos, todos teólogos eminentes, retomam para si, sem discussão e sem argumento, a velha afirmação cara ao professor Borella, justamente cara, pois constitui o essencial de sua manobra: fazer crer que, ao lado de um mau gnosticismo, existiria uma boa gnose à qual os cristãos deveriam finalmente se converter!

Essa tese constitui uma enorme mentira, ou, mais exatamente, baseia-se em várias mentiras cuidadosamente entrelaçadas que, no entanto, só podem enganar aqueles que querem ser enganados. Que teólogos tenham tido sua perspicácia surpreendida nesse ponto já seria surpreendente, mas que, uma vez avisados e informados, persistam em uma aparente ignorância, pode-se chamar isso de outra coisa senão cumplicidade?

Verdadeira Gnose... e Verdadeiro Gnosticismo

A primeira mentira da tese boreliana consiste em fazer crer que o desacordo se baseia em um simples jogo de palavras, uma briga de palavras como às vezes parecem ser as disputas teológicas.

A palavra "Gnose" seria perfeitamente apta a designar o conhecimento de Deus, e seria necessário ser ignorante e sectário para recusar seu uso. Três observações se impõem aqui:

1. É verdade que a palavra "Gnose", se tomada isoladamente, nua, significa "conhecimento", e até mesmo qualquer conhecimento, e não apenas o de Deus.
2. É igualmente certo que essa palavra "Gnose" não foi retida pela teologia católica verdadeira; apenas tenderam para esse lado aqueles que precisamente queriam introduzir noções gnósticas no cristianismo, e que não poderiam fazer melhor do que usar a palavra para fazer passar o seu conteúdo subjacente.
3. O caso dos Ortodoxos que empregam essa palavra decorre das duas observações anteriores: por um lado, "Gnosis" é a palavra grega que designa o conhecimento, e é compreensível, embora não sem perigo, que alguns gregos a usem; por outro lado, certos teólogos ortodoxos tiveram tendências para-gnósticas que encobriram sob um vocabulário pneumatológico e, longe de serem modelos a seguir, são em parte o tipo que se gostaria de introduzir entre nós e que devemos precisamente evitar.

Disso decorre que o uso da palavra "Gnose", aqui e agora, não poderia ser inocente e não pode ser aceito, tanto menos que a esta primeira mentira se acrescenta uma segunda, ainda mais estarrecedora, que nos leva ao cerne da questão.

A segunda mentira da tese boreliana reside em que essa Gnose tão gentil, e da qual não deveríamos ter medo, não é, na verdade, nada mais que o Gnosticismo, cuja nocividade, por outro lado, se pretende nos conceder.

Aí se esconde a sutileza que pode surpreender mais de um leitor, tentado a acreditar no que lhe dizem, ou melhor, no que fingem lhe dizer: já que o mau Gnosticismo é aparentemente oposto à boa Gnose, parece lógico deduzir que se trata efetivamente de duas realidades diferentes, até mesmo contrárias, e também, naturalmente, que a Gnose é uma coisa boa.

Ora, tudo isso não passa de falsa aparência, mentira descarada, e o que nos é proposto de fato sob o rótulo da "boa Gnose" não é nada mais que a velha mercadoria gnóstica, como é fácil, e até mesmo infantil, perceber pelas referências humanas e bibliográficas do próprio Senhor Borella.

Eis um truque de prestidigitação que não deixa de ter fôlego, reconheçamos, mas que só pode ter êxito se for dirigido a ignorantes, o que certamente não são os eminentes teólogos.

Prevenção nunca é demais, recordaremos brevemente a realidade histórica pura e simples, aquela que é escamoteada pelas habilidades do professor Borella, a cronologia das etapas da Gnose ao longo dos séculos.

As Etapas da Gnose até Nossos Dias

Cronologicamente, encontra-se primeiro a Gnose como um conjunto de doutrinas heterodoxas, e frequentemente heterogêneas, oriundas da Pérsia, da Grécia e do Egito, que se desenvolveram no seio da Igreja como o verme na fruta; seus partidários eram chamados de Gnósticos.

A Igreja teve grande dificuldade em conter essa massa de doutrinas estranhas a ela, mas que utilizavam em parte o vocabulário e as redes humanas cristãs, numa situação comparável à da crise modernista do último século. A luta durou vários séculos, grosso modo do I ao VI século, e o desaparecimento final da Gnose no Ocidente foi sobretudo o fruto imprevisto das invasões bárbaras.

O Senhor Borella, que sabe o quanto seria difícil fazer aprovar essa situação pelos católicos tradicionais, que constituem seu público, pretende condená-la sob o nome de Gnosticismo para manter livre a palavra "Gnose", quando se trata de uma única e mesma coisa, como ele sabe perfeitamente e melhor que ninguém.

Extinta no Ocidente, ou pelo menos posta de lado, a Gnose continuou a grassar no Oriente, parcialmente entre os Ortodoxos, e muito mais amplamente nos meios não cristãos, particularmente no Islã que, em sua forma esotérica, é puramente gnóstico (nota 3).

No próprio Ocidente, a Gnose reapareceu com força na Idade Média a partir do século XII, e as redes gnósticas, ou, se preferir, as ressurgências gnósticas, nunca cessaram desde então até os dias de hoje (nota 4).

Ora, se o Senhor Borella condena, ou melhor, finge condenar os gnósticos dos primeiros séculos, suas referências humanas e bibliográficas baseiam-se quase todas nos gnósticos de todos os tempos, do Oriente e do Ocidente, que têm os mesmos princípios fundamentais e as mesmas técnicas místicas. Isso não é difícil de saber, basta saber ler... mas ainda é preciso ter o desejo e a vontade.

É possível, então, pedir a teólogos eminentes, que dominam tão bem a linguagem teológica e filosófica, que leiam as obras daquele cuja causa tanto defendem, embora aparentemente ignorem seu pensamento real?

Mais uma vez, não é o Sr. Borella que nos interessa particularmente, e se estudamos seu caso, é sobretudo devido à sua especialização nos meios católicos tradicionais.

O despertar gnóstico contemporâneo, há cerca de sessenta anos, ultrapassa em muito o Sr. Borella, que é apenas um de seus elementos, e quem quiser compreender esse assunto deve, imperativamente, familiarizar-se com as grandes linhas do florescimento gnóstico no século XX.

Aliás, foi para facilitar esse estudo aos nossos leitores que desejassem empreendê-lo que dedicamos a ele os três dias de nosso colóquio de agosto de 1982 e começamos a publicar suas comunicações em forma de artigos (nota 5).

As facetas do renascimento gnóstico no século XX

Aquém das influências literárias que se encontram em abundância na obra da maioria dos escritores românticos, as primeiras afirmações neognósticas que aparecem no final do século XIX são obra de redes maçônicas, em ruptura com o "racionalismo" das lojas da época.

Não voltaremos aqui a esse aspecto já mencionado no [capítulo sobre os primeiros passos de René Guénon \(nº10\)](#), pois precisamente o devenir guénoniano e a própria ação do mestre franco-islâmico tornaram caducos os primeiros esforços paramaçônicos.

Ao final da guerra de 14-18, período de ruptura em muitos domínios, entre os anos 1920 e 1930, vemos assim constituírem-se várias redes gnósticas; de inspirações diversas, reunidas em torno de mestres diferentes, todas manifestam, no entanto, a firme intenção de propor aos ocidentais uma versão ocidentalizada do velho gnosticismo oriental: além de Guénon, basta citar a Antroposofia de Rudolf Steiner, cisão paracristã da Teosofia de Madame Blavatsky (sociedade fundada em 1875 nas Índias para difundir o orientalismo no Ocidente); e o grupo Atlantis de Paul le Cour, dedicado ao esoterismo cristão. Essas duas organizações ainda existem em 1983, e são muito ativas e influentes, mesmo que tenham sido copiadas atualmente por outras estruturas, como a Nova Acrópole.

Na mesma época, e sem dúvida sob a influência dos esforços lembrados anteriormente, começou a se constituir um gnosticismo universitário. As relações estabelecidas entre diversos especialistas, filósofos, psicólogos, historiadores das religiões, finalmente resultaram em 1933 na criação do Círculo de Eranos em Ascona, na Suíça, sob a influência do teólogo alemão Rudolf Otto (promotor da noção do "numinoso", isto é, o Sagrado sem Deus).

Em Ascona, reuniram-se anualmente durante cinquenta anos um grande número de universitários, dos quais um dos principais foi por muito tempo o psiquiatra suíço C. J. Jung, bem conhecido e de quem teremos oportunidade de falar novamente. Encontramos lá também o cabalista Gershom Scholem, o islamólogo gnóstico Henri Corbin e o historiador francês Denis de Rougemont, entre outros.

Nesse local, por onde passaram mais de 150 especialistas, foi lentamente elaborado um corpo de doutrinas gnósticas próprias para agradar aos meios intelectuais e aos ocidentais descristianizados, em busca de novas espiritualidades. Essas doutrinas foram depois difundidas por uma infinidade de obras, cujo número já não é possível contabilizar, e através de uma multidão de organizações das quais falaremos mais tarde.

O desenvolvimento dessas correntes levou, há quatro anos, em 1979, à organização de um encontro internacional em Córdoba, na Espanha, onde cerca de sessenta pesquisadores de nível mundial se reuniram em torno do tema "*Ciência e Consciência ou as duas leituras do Universo*". Essa reunião marcou, pela primeira vez a céu aberto, a convergência entre a tendência literária, filosófica, mística e a tendência científica, representada por uma trintena de físicos e neurofisiologistas, incluindo vários prêmios Nobel, abertamente gnósticos, daí sua extrema importância; é preciso notar que a organização ficou a cargo da rádio France-Culture, que depois, em 1980, garantiu a difusão das comunicações e dos debates em uma série de programas radiofônicos e sob a forma de um grande livro publicado pela editora Stock (6).

Na mesma época, em 1979, foi publicado pelas Edições du Cèdre o livro "*A Caridade Profanada*", que marcou o aparecimento a plena luz (embora de forma relativa!) do grupo do padre Stéphane, padre "esoterista católico".

Pouco tempo depois, o Sr. Borella começou sua colaboração com a Fraternidade São Pio X no âmbito do Instituto Universitário São Pio X em Paris. Participou de um colóquio sobre o tema "Visto de Cima", cujos anais foram publicados pelas Edições *Fideliter* e divulgados pela revista de mesmo nome, órgão da Fraternidade na França.

Em seguida, o Sr. Borella escreveu o prefácio de outra obra, também publicada pelas Edições *Fideliter*, intitulada "*A Busca de Rafael*"; nesse livro, que pretendia colocar a mística eucarística ao alcance das crianças através de uma fantasmagoria de conto de fadas, o Sr. Borella inseriu habilmente a noção do Graal, sem explicitá-la muito, como uma pedra de espera para desenvolvimentos futuros. Segundo sua própria expressão, foi preciso esperar o final do século XX e os excessos dos progressistas para que tal empreendimento fosse possível; ele não está errado, pois até então ninguém teria podido, nem ousado, reintroduzir um tema tão estragado como o do Graal entre católicos verdadeiros (nota 7), a náusea teria sido forte demais: mas, sob o pretexto de complacências eclesásticas diversas e no estado de ignorância generalizada de nosso tempo, por que o Sr. Borella se importaria?

De fato, o senhor Borella e seus amigos não se importam muito, e não se pode negar que eles agem da forma mais arrogante em relação aos seus "amigos católicos". Vejam só.

Desde o final de 1982, uma das redes guenonianas francesas publica um pequeno folheto bastante revelador sob o título "*Rumo à Tradição*", que certamente instruiria os teólogos se eles soubessem ler.

Rumo à Tradição...?

Já na primeira edição, publicada em novembro de 1982, os textos não hesitam em ser dos mais explícitos; após destacar a citação de F. Schuon "*Tudo que é tradicional é nosso*", o artigo principal apresenta a orientação geral da equipe sob o título "*Quem somos nós?*", exibindo desde já o patrocínio de Guénon:

“... É à luz dos *Princípios Tradicionais*, tais como nos foram reapresentados por René Guénon, que nos esforçaremos, sempre que possível, para julgar o "*Mundo Moderno*" em todas as suas atividades...”

Em seguida, esclarece que a equipe presente é apenas uma entre muitas que também trabalham para difundir o gnosticismo guenoniano em diversos meios:

“... Nossa ação, apesar de todas as suas insuficiências pessoais das quais temos consciência, inscrever-se-á, portanto, modestamente na corrente, agora irreversível, de reflexões e energias que outros já realizaram e realizam atualmente numa perspectiva idêntica, segundo modalidades próprias, em níveis e posições diferentes, mas com uma esperança comum e dupla: contribuir para a resolução da ANOMALIA que constitui o mundo moderno e, correlativamente, promover tudo o que possa concorrer para o surgimento de uma Nova Cidade Tradicional...”

Abordando em seguida os diferentes planos dessa ação tradicional, o artigo chega à religião, domínio onde também é igualmente claro:

“A Tradição una em seu princípio é necessariamente diversa em suas manifestações: o cristianismo é uma delas. Consideramos, portanto, a religião cristã, em seus dois ramos católico e ortodoxo, mas também em sua dupla dimensão exotérica e esotérica, como a forma religiosa própria do Ocidente, que as disposições providenciais lhe deram como via de acesso à transcendência, sem que essa adesão fundamental possa nos proibir de fazer referência a outras formas tradicionais, religiosas ou metafísicas, sempre que a oportunidade o exigir...”

O ecumenismo é assim estendido não apenas aos cristãos cismáticos, mas também a todas as religiões, e sabe-se que o próprio Guénon foi ao mesmo tempo católico, hinduísta, taoísta e muçulmano: compreende-se que o esoterismo seja necessário para conciliar tamanha diversidade. Apenas um ramo é excluído dessa compreensão tão ampla, e ficamos felizes com isso:

"... Mais uma vez, devemos marcar distância em relação a uma corrente chamada catolicismo tradicionalista, justamente em virtude do exclusivismo em nome do qual, num constante apriorismo, ela nega a outras formas tradicionais a autenticidade espiritual. E o que pensar do "fechamento primário" que ela demonstra em relação à dimensão esotérica, na qual ela só quer ver, na melhor das hipóteses, elucubração fantasiosa, na pior, e é mais frequentemente o caso, heresia, obra do maligno, o que é no mínimo paradoxal..."

Infelizmente! A realidade não é tão definida quanto essa bela afirmação: alguns guenonianos, ao contrário, fizeram de tudo para não manter distância e para penetrar entre os católicos. O mesmo artigo não nos esconde isso de forma alguma, pois, após dedicar um parágrafo aos progressistas, continua nestes termos:

“... Deixando "tradicionalistas" e "progressistas" às suas mútuas invectivas e excomunhões, tomaremos cuidado para não esquecer que surgem e se expressam, finalmente, no seio do próprio catolicismo, personalidades como o padre Stéphane, Jean Borella, François Chénique e outros, que constituem um grupo não formal, mas influente, deliberadamente engajado por seus escritos numa perspectiva autenticamente tradicional. Eles serão, por esse motivo, preciosos companheiros de jornada..."

Quem ainda não entendeu? Se houvesse alguém, o segundo número de *"Rumo à Tradição"* tem a bondade de retomar o assunto, indo em socorro da *"Caridade Profanada"*; o senhor padre Coache, por ter assinado uma advertência contra o senhor Borella em seu boletim *"O Combate da Fé"* da primavera de 1982, recebe uma reprimenda severa, sendo chamado de "tradicionalista crispado" e depois de "grande Inquisidor"; em trinta linhas, tudo está lá: *"contra-sensos e solicitações dos textos... o espírito de discernimento definitivamente não é seu forte..."*; e o artigo conclui:

“... Só podemos aconselhar a nossos amigos a leitura de "A Caridade Profanada", verdadeira suma para um catolicismo autenticamente tradicional, heterogêneo ao dogmatismo esclerosado dos tradicionalistas..."

O julgamento dos melhores especialistas atuais, como não entender que o Sr. Borella e seus amigos são HETEROGÊNEOS ao verdadeiro catolicismo, e que dentro das revistas e organizações católicas são apenas lobos em pele de cordeiro? - Para uma vez que dizem a verdade, por que não acreditá-los?

O Ecumenismo segundo São Guénon...

Heterogêneo ao verdadeiro catolicismo, precioso companheiro de estrada dos guenonianos de "*Vers la Tradition*", o Sr. Borella assina em seguida, no nº 4/5 deste Boletim publicado durante o verão de 1983, um artigo sobre "*As Ilusões do Ecumenismo*". Nele, desenvolve uma concepção tipicamente guenoniana da unidade cristã, muito próxima da teoria dos Ramos cara aos ecumenistas ingleses do século XIX: o catolicismo, a ortodoxia, o protestantismo e o anglicanismo seriam "*quatro estilos religiosos que, sem dúvida, o encontro de uma mesma revelação com temperamentos culturais diferentes não poderia deixar de suscitar*".

Partindo do princípio de que a fé cristã repousa sobre um "triângulo dos fundamentos" — a Tradição Apostólica oral, a Tradição bíblica escrita e a Tradição Dogmática eclesial —, o Sr. Borella considera que os gregos permaneceram fiéis à primeira e os protestantes à segunda, cabendo aos católicos, é claro, guardar a letra do dogma! Nosso autor continua: "*se essas rupturas são fracassos quanto à unidade, elas permitiram preservar, tanto quanto possível, o que cada forma julgava essencial, e, por meio disso, uma atmosfera espiritual legítima*".

Logicamente, ele lamenta que o ecumenismo atual, o dos progressistas, queira fazer a unidade por redução ao menor denominador comum, enquanto, segundo ele e seus amigos guenonianos, um verdadeiro ecumenismo deveria realizar a reunião das riquezas de cada um; deixemo-lo concluir:

“Se resta uma possibilidade de praticar um ecumenismo verdadeiramente tradicional (isto é, conforme à ética guenoniana que constitui a espinha dorsal do pensamento borelliano), ela não pode residir no enfraquecimento ou na renúncia da especificidade do cristianismo latino — que está aqui diretamente em causa —, mas apenas no esforço para reencontrar, no seio da própria forma E DE DENTRO PARA DENTRO, as virtudes complementares do cristianismo integral que um melhor conhecimento das outras formas nos terá revelado. No dia em que os católicos tiverem reencontrado o sentido da transcendência soberana do Pai e da imanência desafiante do Espírito, a Igreja de Pedro se tornará novamente O ECUMENE, a morada universal para todos os irmãos em Jesus Cristo”.

Uma felicidade nunca vindo sozinha, o diretor de "*Vers la Tradition*", Roland Goffin, cometeu outro artigo sobre o mesmo tema neste boletim nº 4/5; ele retoma os mesmos temas, complementando-os de forma bastante edificante, pois, livre dessas vãs pudicícias às quais o Sr. Borella às vezes se sente obrigado em razão de suas relações católicas, ele vai direto ao cerne de seu pensamento comum.

Ele distingue três ecumenismos: o primeiro, humanitário, que é aquele perseguido pelos promotores do movimento "*Life and Work*"; o segundo, religioso, do qual tratou o Sr. Borella e que pode ser encarado do ponto de vista progressista e do ponto de vista "tradicional"; um terceiro, enfim, o verdadeiro, evidentemente, para o qual não podemos fazer melhor do que reproduzir o texto do próprio Sr. Goffin:

"Quanto ao terceiro tipo de ecumenismo, que T. Schuon qualifica muito justamente de esotérico, ele se situa simetricamente no oposto do ecumenismo humanitário. Em ambos os casos, trata-se da busca de um denominador comum: por baixo para este, por cima para aquele. O Ecumenismo esotérico só pode ser realizado por via de síntese — passagem ao limite — que permite integrar as formas (as essências) sem destruí-las. É apenas no ecumenismo esotérico que se supera — por dentro — toda forma religiosa, reencontrando, pelo alto, a própria essência de toda forma, no Lugar dos possíveis, no Verbo, além e aquém de toda manifestação histórica, no Centro onde todas as Tradições têm origem principalmente.

Por definição, o ecumenismo esotérico só é possível, portanto, na GNOSE (1) e não na FÉ, na metafísica e não na dogmática.

Inspirando-nos em Máximo, o Confessor, podemos dizer, de fato, que pela GNOSE — assim compreendida — são superadas as formas natural, escriturária e sacramental, todas três regulando e reinando sobre os três mundos que constituem a manifestação, e se presta o culto total ao coração do real, ao Verbo em quem todas as oposições são resolvidas e em quem todas as formas são noeticamente transparentes umas às outras".

(1) Nota de R. Goffin — Jean Borella in "A Caridade Profanada" p. 387. "A palavra gnose, decalque do grego gnosis, significa conhecimento. Se é útil empregá-la, é porque não se trata de um conhecimento ordinário, mas de um conhecimento sagrado, e ele não é apenas sagrado em seu objeto, que é a essência divina, mas também o é em seu modo, que é uma participação no conhecimento que Deus tem de si mesmo".

Por um cúmulo de ironia, no meio deste artigo já tão explícito, são inseridos lado a lado dois grandes anúncios publicitários: um para o livro do Sr. Borella, *A Caridade Profanada*, com o subtítulo bem revelador para quem sabe ler "*Subversão da alma cristã*"... e outro para uma obra do Sr. Jean Tourniac, gnóstico bastante conhecido, cujo título não deixa de ter sal: "*Simbolismo maçônico e tradição cristã, um itinerário de Israel a Cristo*".

O Sr. Tourniac também é especializado, e há muito tempo, no "esoterismo cristão", mas sua produção, aliás interessante, se embaraça com poucas precauções para poder enganar um católico.

Será por causa dessa vizinhança incômoda que, de repente, no nº 6 de "*Vers la Tradition*" publicado no outono de 1983, o Sr. Borella tem um acesso de fúria e, numa carta datada de 13 de junho de 1983, expressa sua discordância?

Ele que, na seção de cartas dos leitores publicada no nº 4/5 (onde foi reproduzido seu artigo estudado acima), escreveu a essa equipe:

"A orientação da revista que vocês pretendem lançar com muita coragem me parece excelente. René Guénon continua sendo a referência e o polo doutrinal do nosso tempo, mesmo que eu tenha algumas ressalvas sobre certos pontos e certos limites inevitáveis",

de repente percebe uma grave divergência, a ponto de não poder mais colaborar no futuro. Do que se trata?

Seis meses antes, o editorial "Quem Somos" publicado no nº 2 de "Vers la Tradition" dizia:

“... tomando a Idade Média como modelo, podemos nela buscar nossa inspiração para criar, inventar COM PEDRA SE POSSÍVEL E SEM ELA SE NECESSÁRIO, UMA FORMA NOVA, MAS NEM POR ISSO MENOS FIEL À TRADIÇÃO.”

E eis que seis meses depois, de repente, o Sr. Borella, tomando como argumento essa "velha bobagem" que até então não o incomodara, se irrita contra amigos com os quais compartilha quase tudo e cujo pensamento e ações acabara de aprovar. Será que ele se tornou subitamente um papista ferrenho ou, mais simplesmente, prudente, um pouco tarde, não é verdade?

Acreditamos, ao final destas poucas páginas, que aqueles que querem ver e compreender poderão fazê-lo um pouco melhor; deliberadamente fomos muito sucintos, limitando-nos ao fio dos fatos sem nos alongarmos em longas considerações doutrinárias.

O estudo doutrinal é indispensável, e é realizado abundantemente em outros artigos, mas quisemos aqui estabelecer um simples esboço que permita a qualquer um abordar uma questão que alguns gostariam de cobrir com uma névoa protetora (nota 8).

Pelo contrário, é necessário que tudo seja muito claro e, para isso, resumiremos a situação nestas últimas linhas.

Não, o Sr. Borella não é um pensador cristão a quem se poderiam reprovar algumas expressões errôneas, ou mesmo algumas ideias no limite da ortodoxia católica. Se assim fosse, nunca nos teríamos interessado por ele, muito ocupados em outro lugar, e, sem dúvida, no tumulto das polêmicas geradas pela crise na Igreja, nunca teríamos sequer notado sua existência.

Não, o Sr. Borella não é assim, ele é completamente diferente; ele é a ponta fina, a parte emersa de um iceberg cuja parte submersa é, infelizmente, uma *terra incognita* para a maioria dos católicos tradicionais: **ele é gnóstico**.

A corrente gnóstica, neognóstica se preferirem, que empreende uma ação poderosa e sistemática há cinquenta anos no Ocidente, e notadamente na França, sempre quis penetrar no meio católico. Ora, a crise na Igreja, que tomou um rumo acelerado desde a morte do Papa Pio XII em 1958, permitiu que as equipes gnósticas já bem treinadas se infiltrassem nas redes católicas tradicionais,

em primeiro lugar a *Pensée Catholique* do padre Luc J. Lefèvre, que lhes forneceu uma cobertura incomparável.

Como é concebível que teólogos tradicionais (no sentido católico da palavra) tenham se deixado seduzir assim? Eis uma questão que o futuro não deixará de esclarecer, à medida que se fizer a partilha entre os simples enganados e os verdadeiros cúmplices: contentamo-nos em colocá-la, embora tenhamos algumas ideias a esse respeito.

A partir da *Pensée Catholique*, a manobra de penetração se estendeu a outras organizações católicas, sem que a maioria de seus membros sequer tivesse consciência disso. Mas hoje soa a hora do despertar e muitos começam a dizer: os gnósticos estão entre nós, primeiro num tom de espanto, depois de raiva...

Que essa constatação seja dolorosa por mais de um aspecto, que alguns precisem até de coragem para fazê-la em voz alta, correndo o risco de perder amigos ou apoios, isso é provável, mas não pode absolutamente ser colocado na balança contra o serviço da Verdade. Quanto mais ainda para os padres...

P. R.

Nota 1 - Ver a respeito o relatório do Colóquio de agosto de 1982 da Sociedade Augustin Barruel sobre "[O Espiritualismo Subversivo](#)" publicado no Boletim nº 10, p. 56 a 59. A lista de artigos sobre a Gnose encontra-se na página 57.

Nota 2 - A difusão parece ter sido mais abundante em duas redes eclesásticas: a Fraternidade São Pio X e o *Opus Sacerdotale*.

Nota 3 - Não faltam obras atuais sobre esta importante questão; algumas são até escritas e difundidas por amigos do Sr. Borella (como "*A doutrina iniciática da Peregrinação à Casa de Alá*", publicada em 1982 pelas edições de *l'Oeuvre*), de modo que, se os teólogos do padre Lefèvre ignoram este problema, podem documentar-se junto ao autor de *A Caridade Profanada*. Mas é sequer concebível que realmente o ignorem?

Nota 4 - Estudos posteriores serão dedicados a este assunto, mas este mesmo artigo contém alguns esclarecimentos sobre a situação contemporânea e suas raízes próximas.

Nota 5 - Um primeiro artigo saiu no Boletim nº 10 sob o título: "[René Guénon, um muçulmano desconhecido](#)". Era necessário começar por aquele que foi e continua sendo o mestre de toda uma parte do movimento gnóstico atual, especialmente do Sr. Borella e de seus amigos.

Nota 6 - Estas breves noções históricas, resumidas ao extremo, serão desenvolvidas em outros estudos posteriores.

Nota 7 - Não poderíamos, contudo, ser demasiado gratos ao Sr. Borella por sua iniciativa, que nos fornecerá a ocasião de um próximo artigo sobre o Graal, tema gnóstico tão rico e tão típico do

"Esoterismo Cristão".

Nota 8 - Este breve artigo tende a mostrar em que quadro se deve situar a ação borelliana, a que "micélio" ela se prende, mas um estudo mais amplo e mais aprofundado das redes gnósticas é indispensável, e tornou-se possível na fase atual de "desocultação", como mostram as citações de *"Vers la Tradition"*.

O DRAMA DO RALLIEMENT -

2

Em um primeiro artigo, publicado no [Boletim nº 11](#), foram recordados o quadro histórico no qual se situou o Ralliement, bem como as manobras sucessivas e progressivas que a ele conduziram. Este segundo artigo gostaria de sublinhar as numerosas contradições que são a marca principal deste empreendimento: contradições nos textos primeiro, depois contradições entre os textos e a prática, contradições finalmente entre o objetivo visado e o resultado obtido, a desunião e o enfraquecimento dos católicos face à Revolução.

TÍTULOS DOS PRINCIPAIS CAPÍTULOS

As contradições - O Ralliement à República é, na realidade, um Ralliement ao liberalismo e ao laicismo - O Ralliement aos poderes do dinheiro - Erros e ideias falsas na base do Ralliement - Os Resultados - Uma Aberração: a Infalibilidade do Ralliement - Outra aberração: o pecado do não-Ralliement - O Fracasso do Ralliement - O Domínio da oração -

Criticou-se os católicos por não terem obedecido às ordens do Sumo Pontífice; alguns monarquistas acharam inaceitável uma intrusão da autoridade eclesiástica no domínio político; e, do outro lado, alguns *ralliés* não combateram ou combateram frouxamente a legislação. Eles são desculpáveis: pode-se obedecer a ordens contraditórias?

As contradições, de fato, não faltam; na entrevista ao *Petit Journal*, o Papa dissera: "*Sou de opinião que os cidadãos devem se reunir no terreno legal, cada um pode guardar suas preferências íntimas*" e, na carta aos cardeais, pedia: "*aceitar sem reservas, com esta lealdade perfeita que convém ao cristão, o poder civil na forma em que de fato existe*". Como se pode conciliar a liberdade de guardar suas preferências íntimas e a aceitação sem reservas?

Segundo alguns, a aceitação sem reservas seria uma aceitação que renunciaria à insurreição e a toda via não legal para fazer triunfar sua opinião, mas o texto da carta aos cardeais não dá de modo algum esta precisão.

Pode-se perguntar e perguntou-se se Leão XIII reivindicou um *Ralliement* provisório ou um *Ralliement* definitivo: a manutenção das preferências íntimas suporia o provisório, e a aceitação sem reservas seria uma aceitação definitiva. O *Ralliement* provisório poderia justificar-se por razões de oportunidade; um *Ralliement* definitivo seria totalmente inadmissível, seria ligar a religião católica à forma republicana de governo, seria querer uma república, senão de direito divino, ao menos de direito eclesiástico.

BELIN, que escrevia sob o nome de AVENTINO, considerava em seu livro "A doutrina de Leão XIII" como uma evidência que o *Ralliement* era apenas provisório:

“*"Não é necessário ir mais longe para perceber que o apelo à união dos católicos lançado por Leão XIII, seu grito de Ralliement, para o comando do poder republicano, não significava sua consagração definitiva da república à França. Como o próprio Leão XIII diz, foi a razões de oportunidade necessária, mas de oportunidade, que ele obedeceu ao ordenar aos católicos que se submetessem ao regime existente; ora, o próprio da oportunidade é a instabilidade"*.

Com base no relato de uma audiência concedida pelo Papa em 1884 ao Barão de MONTAGNAC e reportado pelo Jornal, a interpretação de AVENTINO para o provisório é a correta. Leão XIII teria assim revelado suas intenções:

“*"Enganam-se, você e os outros, sobre meu pensamento, não o compreendem por inteiro, não sabem segui-lo até o fim. A adesão que os católicos devem fazer à república é apenas provisória. O que faz com que os católicos sejam excluídos de tudo é que os consideram monarquistas. Quando os católicos tiverem entrado na República, chegarão a tudo, aos cargos e às cadeiras eleitorais; e então serão os senhores, e mandarão a república embora, substituindo-a por uma realeza, se quiserem"*.

Por outro lado, na assembleia católica da juventude francesa em GRENOBLE, em maio de 1892, um dos participantes, François DESCOTTES, explicou como se deveriam entender as palavras do papa, exclamando:

“*"É preciso que o país possa dizer a si mesmo, ao obter a prova de sua sinceridade, que as instituições que ele se deu e que tem o direito de conservar, vocês as fazem suas; não apenas não as combatem, mas as consideram como adquiridas, como definitivas, tão indiscutíveis quanto a monarquia constitucional na INGLATERRA e o partido federal na SUÍÇA e nos ESTADOS UNIDOS"*.

Alguns dias depois, o orador que dera tal interpretação do pensamento pontifício recebeu uma carta de elogios do cardeal secretário de Estado RAMPOLLA.

Então, *Ralliement* provisório ou *Ralliement* definitivo? Como se orientar? Um tal Charles BOTA (pseudônimo, ao que parece, de um jesuíta) encontrou uma resposta. Para ele, a aceitação da república não deve ser nem transitória nem definitiva, uma vez que a declaração dos cardeais não usou essas palavras. Isso lembra um pouco o senhor JOURDAIN, que não queria nem a prosa nem os versos.

O padre BARBIER cita a seguinte frase:

“*"Essa resignação voluntária, mas não silenciosa, nem definitiva e sem esperança, que não é uma adesão, deve ser uma aceitação não limitada a um período eleitoral ou a uma tática transitória, mas sem segundas intenções, sem limite explícita ou implicitamente atribuído a essa atitude".*

O padre BARBIER pergunta-se se tudo isso não parece um rébus. DRUMONT escreveu na *Libre Parole* (02.02.1897):

“*"Diante de tal estado de coisas, as instruções do papa aparecem à maioria dos católicos como verdadeiros logogrifos. Os católicos, já o disse vinte vezes, não compreendem o que o papa lhes pede, e quanto mais os comentaristas comentam, menos se entende".*

Em nossa opinião, a comparação com o rébus ou o logogrifo é justa considerando a dificuldade de interpretação, mas é insuficiente, pois rébus e logogrifos são jogos que geralmente têm uma solução, mas quem pode dizer a verdadeira solução para recomendações contraditórias?

Pode-se ver também uma contradição na frase da carta aos cardeais que lamenta *"que se faça passar por uma funesta inversão de ideias a política que divide antes da religião que une"*. Evidentemente, a religião deve sempre vir antes da política; a razão é que o objetivo de uma é de qualidade muito mais elevada que o da outra; o espiritual deve vir antes do temporal, os bens celestes antes dos bens terrenos; o motivo único de que uma une e a outra divide é mais contestável e, em todo caso, secundário, mas pode-se perguntar se prescrever uma atitude política por parte de uma autoridade religiosa não é dar um lugar excessivo a essa política. Não se vê por que o fato de ser monarquista faria a política vir antes da religião, e o fato de ser republicano faria a religião vir antes da política.

Existia também outra posição, a do indiferentismo, que colocava de lado os problemas políticos, não se pronunciando nem pela monarquia nem pela república – a questão da forma de governo era deixada, de certo modo, entre parênteses. Essa foi a posição da União da França Cristã, fundada por instigação do cardeal RICHARD, arcebispo de PARIS, em 1891. À primeira vista, tal atitude deveria dar satisfação ao papa, que queria colocar a religião antes da política. O comitê central da União da França Cristã tinha como presidente CHESNELONG, como vice-presidentes KELLER, DE MAKAU, Albert DE MUN e d'HERBELOT. Seu programa, formulado por CHESNELONG, era o seguinte:

“*"A união de todos os católicos entre si, sem aceitação de partidos políticos, no terreno da reivindicação e da defesa das leis e das liberdades da França Cristã e, por conseguinte, da ab-rogação ou da revisão profunda das leis que*

sacrificaram ou mutilaram essas liberdades; aliança com todos os homens leais e sinceros que, sem compartilhar absolutamente todas as nossas crenças, se associassem clara e explicitamente, por amor à justiça, às nossas reivindicações."

Após a carta aos franceses de 16 de fevereiro de 1892, a União da França Cristã publicou, em 22 de março, um comunicado, dizendo em especial:

“*"Encontramos nesta palavra do Soberano Pontífice o próprio programa de nossa obra. A União da França Cristã, por suas declarações, bem como por seus atos, já mostrou que caminhava nessa direção. Sente-se encorajada a perseverar nela, com a ajuda de Deus e o concurso de todos os que amam a religião e a pátria"*.

Em 12 de maio de 1892, um telegrama do Cardeal RAMPOLLA, secretário de Estado, desautoriza a União da França Cristã, pedindo aos católicos franceses que se coloquem no terreno constitucional e não mais no terreno da neutralidade.

Seguiu-se a dissolução da União:

“*"A União da França Cristã havia se fundado no terreno da neutralidade política, para agrupar em torno da defesa religiosa o concurso dos cristãos e de todas as pessoas honestas, quaisquer que fossem suas opiniões. Esse terreno de neutralidade não parecendo mais corresponder aos desejos expressos pelo Santo Padre, o comitê da União, cuja defesa religiosa era o único objetivo, julgou cumprir seu dever separando-se"*.

Leão XIII não queria a neutralidade; ordenava aos católicos que tomassem posição a favor da forma republicana de governo. É de notar que ele ia mais longe do que lhe havia pedido GRÉVY em 1883. GRÉVY lhe havia solicitado *"manter os inimigos da república nessa neutralidade política que é o grande e sábio pensamento de seu pontificado"*. Jules GRÉVY havia se enganado. O grande pensamento do Pontificado não era a neutralidade política, mas a entrada na república.

A carta *"Au milieu des sollicitudes"* não havia causado muita emoção aos franceses; o mesmo não ocorreu com a carta aos cardeais e o telegrama do secretário de Estado. A União da França Cristã acreditava corresponder ao pensamento do Soberano Pontífice. Ocorreu então uma mudança de atitude e uma acentuação do *Ralliement*; Dom FAVA, bispo de GRENOBLE, afirmou sua obediência plena, absoluta e sem restrições às diretrizes pontifícias; Dom d'HULST havia escrito em 1891: *"O que dirão se o próximo papa quisesse obrigar todos os católicos a se tornarem monarquistas? E em que isso lhe diz respeito, Senhor? Se, em vez de um WINDTHORST, o centro alemão tivesse tido um LAVIGERIE, ele já teria vivido por muito tempo"*, e em maio de 1892 ele se submete às ordens do

Santo Padre. Albert de MUN fez esta declaração:

“Sou daqueles que estão resolvidos a colocar sua ação política no terreno constitucional e, assim, conformar sua atitude à direção dada pelo papa”.

O RALLIEMENT À REPÚBLICA É, NA REALIDADE, UM RALLIEMENT AO LIBERALISMO E AO LAICISMO

As diretrizes de Leão XIII baseiam-se na distinção fundamental entre a legislação e as instituições. Era necessário, ao mesmo tempo, combater a legislação anticristã e aceitar as instituições estabelecidas.

"No domínio da ação, só existe o governo que a França se deu – a república é uma forma de governo tão legítima quanto as outras. Aceitar os governos constituídos não é apenas permitido, mas exigido, até mesmo imposto pela necessidade do bem social. É preciso aceitar sem segundas intenções o poder civil na forma em que, de fato, ele existe".

Aliás, o mesmo Leão XIII havia dito: "Viram-se constituir governos sem que se levasse em conta Deus e a ordem por Ele estabelecida" (Encíclica *Quod Apostolici*, 28/12/1878); "quanto à pretensão de fazer do Estado algo completamente alheio à religião, podendo administrar os negócios sem levar em conta Deus como se Ele não existisse, é uma temeridade sem exemplo mesmo entre os pagãos" (*Humanum Genus*, 20/04/1884).

"As sociedades políticas não podem, sem crime, conduzir-se como se Deus não existisse de modo algum" (*Immortale Dei*, 1º/11/1885). "Aqueles que, no governo dos Estados, querem não levar em conta as leis divinas, desviam realmente o poder político de sua instituição e da ordem prescrita pela natureza" (*Libertas Praestantissimum*, 20/06/1888).

"Retornar aos princípios cristãos e confirmar neles a vida, os costumes e as instituições dos povos é uma necessidade" (*Sapientiae Christianae*, 10/01/1890). "Desde que o Estado recusa dar a Deus o que é de Deus, falha sob este aspecto no objetivo principal de sua instituição, acaba por renunciar a si mesmo e desmentir a razão de sua própria existência" (*Au Milieu des Sollicitudes*, 16/02/1892).

A questão que se coloca é saber se o governo que a FRANÇA se deu, a república tal como existe em 1892, corresponde ao que LEÃO XIII julga absolutamente necessário nas encíclicas e, como vimos, até mesmo em "*Au Milieu des Sollicitudes*". O Governo da III República reconhece a soberania de DEUS?

Somos obrigados a responder negativamente. Em 13/04/1790, a Assembleia Constituinte rejeitou uma moção que dizia que a religião católica, apostólica e romana é e permanece sempre a religião da nação. Os treze séculos que a separavam do batistério de REIMS foram renegados.

Em 1814, a Restauração trouxe de volta, em parte, o antigo estado de coisas, mas desde a revolução de 1830 a religião católica não era mais do que a da maioria dos franceses — e Dom PIE pôde dizer em 1859 a NAPOLEÃO III: "Por toda parte onde JESUS CRISTO não exerce Seu reinado, há desordem e decadência. Ora, tenho o dever de lhe dizer que Ele não reina entre nós e que nossa constituição não é, de modo algum, a de um Estado cristão e católico". Ele acrescentou a frase célebre: "Se o momento não chegou para JESUS CRISTO reinar, o momento não chegou para os governos durarem". A constituição de 1875 havia, contudo, previsto orações públicas no início das sessões das câmaras, mas essas orações públicas foram suprimidas pela reforma constitucional de 1884.

O regime em vigor em 1892, portanto, não reconhecia a soberania de Deus; aliás, era isso o que pensavam e desejavam os homens políticos no poder naquela época. Para eles, a legislação antirreligiosa era a consequência necessária da natureza das instituições.

Ouçamos FERRY dizer em 21/12/1890: "Não posso admitir que se toque no princípio das leis escolares; elas não constituem expedientes passageiros, caprichos ministeriais, são a alma da democracia que fundamos".

Vimos que o deputado HUBBARD, em fevereiro de 1892, alguns dias antes da encíclica, falava da incompatibilidade absoluta entre a Igreja Católica e o Estado neutro. Para ele, em 1892, o Estado é neutro.

Em junho de 1889, A. de MUN manifestou o desejo de que a França tomasse como base de suas instituições os ensinamentos do Evangelho e da Igreja. Portanto, ele considerava que as instituições se baseavam em outros fundamentos.

Em 1900, LEYGUES, ministro da Instrução Pública, disse num congresso de professores reunido em Paris: "A sociedade moderna nasceu da revolução de 1789; é a ideia laica, é este sentimento do cidadão que não pretende dobrar a cabeça diante de nenhum dogma, que pretende permanecer ele mesmo, livre e responsável por seus destinos; e se isso foi o sentimento da sociedade civil saída da revolução de 1789, isso é ainda mais a característica de nossa democracia".

Mais tarde, na tribuna do senado, o sr. de MARCERE pôde constatar: "Todas as vezes que, de um certo lado da câmara ou do governo, apresentaram-se leis ou tomaram-se medidas administrativas que tinham por objetivo atingir a religião católica, empregou-se o mesmo procedimento, o mesmo subterfúgio, e apresentaram-se essas leis, essas medidas administrativas como indispensáveis à própria existência da república... e disse-se das leis subsequentes sobre o ensino, de todas as que foram apresentadas mais tarde e que tiveram por objetivo atingir a fé religiosa: isso é da essência da república; emprego a expressão porque ela foi sempre empregada por nossos adversários, por nossos contraditores, e quem quer que não aprove as medidas que foram tomadas pelo governo num sentido determinado é excluído da república".

De tudo isso, pode-se concluir que o Ralliement ao poder estabelecido só poderia ser um Ralliement ao Estado sem Deus. A distinção fundamental entre a legislação e as instituições não se sustenta; ela é falaciosa. Não se notou suficientemente que o mal provém de um sistema filosófico e ateu que inspira e impregna tanto as instituições quanto a legislação.

Leão XIII havia dito: "A República é uma forma de governo tão legítima quanto as outras". Ora, é preciso distinguir: trata-se de uma república cristã que reconhece a soberania de Deus e a religião católica do Estado, de uma república onde apenas as leis conformes aos ensinamentos do Evangelho e da Igreja são válidas? Então sim, a Igreja poderia aceitar tal república. Trata-se, ao contrário, de uma república neutra ou oficialmente ateia, de uma república onde a lei sobre a escola sem Deus e outras leis antirreligiosas são intocáveis? Então não se pode dizer que tal república seja uma forma legítima de regime político.

Ora, nas repúblicas francesas, quaisquer que tenham sido seus números, o que sempre decidiu tudo foi a lei do número. A metade mais um dos votos decide o justo e o injusto. Uma lei pode ser conforme à moral, pode ser imoral; não é isso que importa: se ela tem a maioria no sufrágio universal, é válida e deve ser aplicada. A lei pode favorecer o aborto, a eutanásia ou qualquer tipo de assassinato; desde que provenha do sufrágio universal, deve ser promulgada.

Não há Deus, nem moral acima do sufrágio universal.

Na Câmara dos Deputados, em 11 de novembro de 1911, ouviu-se o seguinte diálogo: Abade LEMIRE: "O sufrágio universal, nosso mestre a todos." Almirante BIENAIME: "A bordo, diz-se Mestre após Deus." Abade LEMIRE: "Almirante, não ouvi bem. Que mestre quer introduzir aqui?"

Certamente, a República que Leão XIII desejava era uma república segundo as visões do Almirante BIENAIME, e não a república do Abade LEMIRE. Tal república é concebível, é uma possibilidade, mas, em 1892, como atualmente, ela estava num futuro condicional, não estava no presente. Batizar a democracia é uma eventualidade viável, mas não se deve raciocinar como se ela já estivesse batizada. Se se quer estabelecer uma república católica, que se faça o necessário para realizar a transformação, mas que não se aja como se não houvesse nenhuma mudança a operar. Ora, não hesitemos em dizê-lo: batizar a república seria uma mutação tão completa e radical quanto restaurar uma monarquia. Não seria mais o número que governaria; acima do número haveria o CRISTO-REI, e seria, conseqüentemente, uma mutação muito difícil. Leão XIII dizia em sua carta ao Cardeal LECOT, em 3 de agosto de 1893: "Nas condições atuais da França, não parece possível voltar à antiga forma de poder sem passar por graves perturbações." Estava ele certo de que a passagem de uma república ateia para uma república católica também não poderia se realizar sem graves perturbações?

O que é certo é que, mesmo que essa república cristã fosse possível, mesmo que não fosse de certo modo quimérica, ela tinha, em 1892, o defeito de não existir, e Leão XIII havia prescrito alinhar-se a poderes constituídos essencialmente irreligiosos. Sabe-se que o Liberalismo é o nome do sistema em que o Estado coloca no mesmo nível, concede os mesmos direitos à verdade e aos erros, à verdadeira religião ou às falsas religiões.

A adesão a um Estado praticamente neutro foi, na realidade, uma adesão ao liberalismo.

Não queremos dizer com isso que Leão XIII era liberal; todas as suas encíclicas, especialmente as que citamos, dizem o contrário; ele recusava expressamente, mesmo em "Au Milieu des Sollicitudes", que a Igreja fosse reduzida ao direito comum. Queremos dizer apenas que suas prescrições relativas à adesão tiveram o efeito de dar crédito ao liberalismo.

É precisamente por isso que a adesão teve consequências graves não apenas na política, mas na Igreja, ao introduzir nela a subversão.

Aceitar os governos constituídos era aceitar os princípios de 1789, era aceitar os direitos do homem independentemente dos direitos de DEUS. CLEMENCEAU dissera a de FREYINET em 1892: "A luta é possível entre os direitos do homem e o que se chama de direitos de Deus; a aliança não o é." Leão XIII dissera: "Queira-se ou não, os verdadeiros direitos do homem nascem precisamente de seus deveres para com DEUS." Há, portanto, verdadeiros e falsos direitos do homem. A essência da república repousava e ainda repousa sobre esses falsos direitos.

Tomemos o caso de Jacques PIOU, deputado católico de SAINT-GAUDENS, sobrinho de Odilon BARROT, que foi ministro da Justiça sob a Segunda República; ele foi o verdadeiro chefe político da adesão, chefe da "direita independente", e expôs seu programa em 30 de maio de 1890 no Figaro: "Os independentes comprometem-se a não questionar as instituições existentes, legalmente estabelecidas, e, em vez de fazer oposição sistemática, a esforçar-se para impedir o mal." Em 1891, é recebido por Leão XIII, que o incita a apoiar o Cardeal LAVIGERIE; em 1892, a direita independente torna-se a direita republicana e, numa entrevista à redação do NEW YORK Héraud, publicada no Universo em 14 de junho de 1892, PIOU declara: "E, sobretudo, que ninguém tenha pretexto para dizer que os católicos reivindicam outra coisa que não a liberdade, ao tentar usurpar os direitos do Estado e a Independência da sociedade civil."

Em 1901, funda a Ação Liberal Popular, associação que reunirá a maioria das energias católicas. Seu lema é "Liberdade para todos, Igualdade perante a Lei, direito comum." Ao longo de sua longa carreira, PIOU jamais variou; sempre reivindicou o direito comum. Em 1903, escreve no Correspondente: "Ao invocar a igualdade e o direito comum, a Ação Liberal Popular exclui todo privilégio e todo favor." Ao final de um congresso em 1909, dirá ainda a seus partidários: "Vosso programa não variou. Reivindicando a liberdade para todos e o direito comum, sois adversários declarados de toda lei de exceção."

Lembremos que Leão XIII escrevera na encíclica "Au Milieu des Sollicitudes" que era necessário opor-se a que "a Igreja fosse reduzida à liberdade de viver segundo o direito comum a todos os cidadãos." No entanto, o mesmo Leão XIII disse, numa audiência no final de 1901, "que os católicos se unam, que apoiem o grupo constitucional criado pelo Sr. PIOU, que se reúnam em torno dele. Já este bravo Sr. PIOU encontrou oposição. E não se deve jamais desesperar da França."

Só podemos ficar consternados ao ver a autoridade eclesiástica proteger e recomendar um homem cujo programa contradiz pelo menos oito encíclicas do pontificado, sem contar as de seus predecessores e sucessores, enquanto essa autoridade não cessara de ensinar, por escrito e oralmente, que a constituição de governos sem levar em conta Deus e a ordem por Ele estabelecida era uma impiedade sem precedentes entre os pagãos. Essa autoridade sempre rejeitara a doutrina que reduzia a Igreja católica ao direito comum. Um abismo separa a teoria da prática. Aqueles que se conformam ao ponto de vista da Igreja são geralmente mal vistos e maltratados; aqueles que a contradizem são mimados e favorecidos.

Essa distorção data da adesão. Continuou muito depois. Em 1927, o Cardeal GASPARRI, secretário de Estado de PIO XI, ainda fazia elogios ao Sr. J. PIOU, "que não cessou de dar o exemplo da

obediência mais absoluta e perseverante a todas as diretrizes do Sumo Pontífice." Assim, um homem que jamais reconheceria os direitos de Deus e da Igreja sobre a sociedade era "destacado e dado como exemplo" alguns meses após a encíclica de PIO XI sobre o CRISTO-REI.

Em 1965, o VATICANO II pôs fim à contradição, harmonizando a teoria com a prática.

A ADEÇÃO AOS PODERES DO DINHEIRO

Na década anterior à encíclica RERUM NOVARUM e à encíclica "Au Milieu des Sollicitudes" de 16/02/1892, deputados católicos haviam apresentado à câmara um grande número de projetos de lei para melhorar a condição dos operários. Em 1883, o legitimista de BAUDRY d'ASSON solicitou um crédito de dois milhões de francos para os operários desempregados. O Centro e a esquerda votaram pelo arquivamento da proposta em comissão; essa comissão não cuidou do assunto.

Em 1884, A. de MUN solicita uma legislação internacional do trabalho; em 1884 também, defende, sem mais sucesso, o princípio da responsabilidade coletiva da profissão em caso de acidentes de trabalho. Em 20/02/1886, A. de MUN e MGR FREPPEL apresentam uma proposta para a proteção dos operários e a regulamentação do trabalho. Em 24/02/1886, foi apresentado um projeto de lei com a proibição do trabalho antes dos 13 anos para meninos e 14 anos para meninas. Reivindicava-se ainda a limitação do trabalho a 11 horas, em vez de 12, conforme a lei de 1848, bem como o descanso dominical. A limitação da jornada de trabalho a 11 horas foi rejeitada na comissão. Em junho de 1888, o descanso dominical foi rejeitado. DE MUN solicita proibir por 4 semanas o trabalho de mulheres recém-paridas. A proposta foi rejeitada.

Em 1888, foi apresentado um projeto de lei para que os sindicatos mistos pudessem receber doações e legados; a emenda não foi adotada. Seria necessário esperar até 1919 para que fosse concedida aos sindicatos a personalidade civil e o direito de possuir bens.

Em dezembro de 1889, Albert de MUN solicita a jornada máxima de dez horas. Em 7 de dezembro de 1889, solicita arbitragem para conflitos sociais. Esta proposta foi rejeitada em 1892 pela maioria oportunista e radical.

Em 1890, de MUN solicita que o descanso semanal seja fixado no domingo e a redução para 8 horas da duração do trabalho no sábado e na véspera dos feriados.

Em 1890, ele solicita a supressão do trabalho noturno nas padarias. A proibição só será pronunciada em 1919.

A luta pelas reformas sociais resultou no mesmo fracasso que a luta contra as leis antirreligiosas.

Em 1891, Leão XIII publicou a encíclica RERUM NOVARUM sobre a condição dos operários.

Em 1892, ele solicita a união com "as pessoas honestas" para repelir as leis antirreligiosas. Em termos claros, trata-se da aproximação com os republicanos moderados, na época chamados de Oportunistas, contra os radicais. Mas esses republicanos moderados eram aqueles que, desde o início da Terceira República, se opuseram a todos os projetos de lei relativos aos operários e os fizeram fracassar.

Leão XIII reivindicava a aproximação com os adversários do progresso social. Esse ponto de vista foi exposto por Christian LAGRAVE no nº 69 de Lecture et Tradition: "Pretender impor aos católicos franceses o Ralliement após RERUM NOVARUM era obrigá-los a se aliar a um partido que não queria ouvir falar de reforma social: pois os republicanos da época, burgueses e conservadores, negavam pura e simplesmente a questão social. Era a época, 1º de maio de 1891, em que a república mandava metralhar os operários e seus filhos em FOURMIES; e a voz que então se erguia para pedir justiça pelo sangue inocente era a de EDOUARD DRUMOND".

Disso resulta que "Au Milieu des Sollicitudes" contrariou RERUM NOVARUM. Pode-se, portanto, dizer que o Ralliement à república, que foi um Ralliement ao Liberalismo, foi, além disso, um Ralliement aos poderes financeiros que manipulavam os republicanos oportunistas, a esse "monopólio das empresas e do comércio, tornado partilha de um pequeno número de ricos e opulentos, que impõem um jugo quase servil à infinita multidão de proletários", para usar as próprias expressões de que Leão XIII se serviu em RERUM NOVARUM. O "espírito novo e a pacificação" propostos à Igreja por SPULLER em 1893 explica-se pelo medo de ver o catolicismo recuperar os elementos sadios do socialismo. Émile POULAT, em seu livro "Eglise contre bourgeoisie", fala de operários socialistas alinhados a RERUM NOVARUM e cuja tentativa de organização foi muito rapidamente sufocada pelo aparelho da democracia cristã.

A manobra dos republicanos moderados com o slogan do espírito novo consistia em neutralizar a oposição fingindo oferecer-lhe um acordo contra o socialismo.

Vale notar que o escritor contemporâneo GUILLEMIN, embora católico de esquerda, é hostil ao Ralliement, pois considera que o Ralliement era dirigido contra o socialismo. Para ele, Leão XIII quis jogar com o medo do socialismo para convidar os republicanos a se aproximarem da Igreja e a renunciarem às leis antirreligiosas. Talvez haja verdade nisso, mas LAGRAVE observa que "a habilidade dos dirigentes republicanos e burgueses foi enganar ROMA com aberturas falaciosas para fazê-la perder a conversão do proletariado".

ERROS & IDEIAS FALSAS NA BASE DO Ralliement

É necessário precisar, em um resumo, quais foram exatamente os erros e ideias falsas na base do Ralliement.

****1ª IDEIA FALSA ***** Ela está incluída na frase: o bem comum exige a aceitação do governo constituído. Isso pressupõe que o governo constituído busca habitualmente o bem comum, mas vimos que isso é falso. Os poderes constituídos laicos e neutros, baseados nos princípios de 1789, nos direitos do homem independentes do direito de Deus, não podem realizar o bem comum.

Este erro é o mais grave – é preciso insistir – o erro principal da adesão não é o de obrigar a aceitar uma república sem Deus.

****2ª IDEIA FALSA ***** A segunda ideia falsa é que o interesse da religião exige a aceitação das instituições políticas existentes, sejam elas quais forem. "Aceitar sem segundas intenções o poder civil na forma em que de fato existe. Assim foi aceito, na França, o Primeiro Império, assim foram aceitos os outros poderes, sejam monárquicos, sejam republicanos, que se sucederam até os

nossos dias", disse Leão XIII na carta aos cardeais.

Isso é falso. A Igreja nunca proibiu, sob o Primeiro Império, que os católicos fossem monarquistas ou republicanos; sob a Restauração, que fossem imperialistas ou republicanos; sob a Monarquia de Julho, que fossem legitimistas ou republicanos; sob a Segunda República, que fossem legitimistas, orleanistas ou imperialistas; sob o Segundo Império, que fossem legitimistas, orleanistas ou republicanos. A autoridade eclesiástica fez em 1892, para a Terceira República, o que nunca havia feito para qualquer outro regime anteriormente.

A adesão obrigatória é uma inovação que constitui uma intrusão na política. Foi o que declararam os monarquistas reunidos na Câmara em 09/06/1892.

"Depois de se inclinarem respeitosamente, como católicos, diante da autoridade infalível do Santo Padre em matéria de fé, reivindicam, como cidadãos, o direito que todos os povos têm de se pronunciar com toda a liberdade sobre todas as questões que interessam ao futuro e à grandeza de seu país. Ora, a forma de governo é uma dessas questões e não deve ser resolvida senão na França e entre franceses, conforme a tradição nacional."

Essa ingerência da autoridade eclesiástica no domínio político foi também denunciada por políticos pertencentes aos partidos no poder. Podemos assinalar a esse respeito uma intervenção de Alexandre BÉRARD, deputado de Ain, durante a sessão da Câmara dos Deputados de 21 de janeiro de 1898, na discussão do orçamento dos cultos.

- Sr. Alexandre BÉRARD: "Que os católicos tenham de ouvir o papa em matéria de dogma, nada melhor, mas julgo que sua consciência de cidadãos franceses deve se revoltar quando se quer fazê-los aceitar as instruções políticas de um homem que é estrangeiro."
- Sr. Marcel HABERT: "Há muitos católicos que são dessa opinião, Sr. BÉRARD."
- Sr. Alexandre BÉRARD: "É o que vou dizer, Sr. HABERT. Sim, há muitos católicos que são dessa opinião, e o senhor é um deles. Há outros, por exemplo, nossos colegas monarquistas, que se encontram excomungados também como nós"... Lembro a palavra de um monarquista convicto e ao mesmo tempo católico, dizendo: "Que o papa mude de credo, eu me inclinarei, mas às suas ordens recuso, eu, monarquista, aderir à república." Além do Reno, entre nossos vizinhos, também há católicos ardentes que estão organizados em partido. Eles se recusam a obedecer ao papa no que concerne às questões nacionais. Lembramo-nos de que, há alguns anos, o príncipe de Bismarck pedia ao Reichstag créditos militares para fazer armamentos dirigidos, sabemos contra quem; o centro alemão protestou; o papa interveio então para obter do centro alemão que votasse esses créditos militares dirigidos contra a França; o centro alemão recusou." O Sr. A. BÉRARD era um incrédulo, hostil à religião, mas o que se pode objetar às palavras que acabamos de citar?

O 3º ERRO está na proposição seguinte: a república é uma forma de governo tão legítima quanto as outras. Vimos que isso é falso quando a república coloca a lei do número acima da lei de Deus, mas o que seria de uma república cristã, como Leão XIII desejava instaurar?

a) Observemos, primeiramente, que uma tal república, onde as leis, mesmo votadas regularmente pela maioria, seriam nulas se fossem contrárias à lei de Deus e à moral, nunca existiu na França. Isso não quer dizer que seja impossível; pode-se perfeitamente conceber que um organismo seja encarregado de anular tais leis e que possa funcionar perfeitamente, mas é fácil também prever o que se seguiria. Se esse organismo anulasse uma lei votada regularmente pelo parlamento, isso acarretaria vivas protestos na imprensa e no que agora se chama de mass-mídia. Se a rejeição se repetisse várias vezes, a supressão do organismo seria reclamada a berros e, finalmente, obtida.

Na revista "La Foi Catholique", em 1914, p. 74, o Cônego Gaudeau escrevia justamente: "Em sua democracia, que lugar oficial e imutável dareis a Deus?, aos direitos sociais de Deus, aos direitos da sociedade política para com Deus? E como vos arranjaréis para assegurar eficazmente a Deus esse lugar imutável, contra as variações do sufrágio igualitário universal e da soberania popular? Que eu saiba, nunca um único católico supostamente democrata na França, atualmente, tentou balbuciar sequer a primeira sílaba de resposta a essa questão."

b) Observemos, em seguida, que certos regimes comportam o sagrado, que outros, onde o chefe é designado por tempo determinado, não o comportam. A forma republicana de governo é incompatível com o sagrado. Dizer que a Igreja é indiferente ao regime implica que ela é indiferente ao sagrado, o que é absurdo. Que muitos eclesiásticos o achem supérfluo é um fato, mas é um puro ilogismo.

c) Toda república democrática baseia-se na eleição. Toda eleição é uma questão de dinheiro. O que faz a eleição? É a opinião. E por quem a opinião é manipulada? Pela imprensa e, agora, pelo rádio e pelos mass-mídia. Quem mantém a imprensa? Os meios financeiros. Ora, não se pode servir a Deus e ao dinheiro. Portanto, se o sufrágio, seja universal ou restrito, serve ao dinheiro, não pode servir a Deus. Disso resulta que, mesmo que uma república fosse oficialmente católica, ela seria, por natureza, submetida à pressão dos poderes do dinheiro.

d) Poder-se-ia pensar que uma república oficialmente católica seria mais fácil de instaurar do que uma monarquia, nada é menos certo. Isso suporia que o sufrágio universal fizesse entrar numa assembleia uma maioria de católicos. Isso é muito difícil e, mesmo que uma maioria de católicos figurasse numa assembleia, o que ela faria? O caso ocorreu pelo menos duas vezes para a Assembleia Nacional eleita em 1871, da qual o Cardeal PIE dizia que não havia cumprido o essencial de sua tarefa e que um julgamento severo a aguardava na história – para a Câmara dos Deputados, dita Câmara Azul-Horizonte, com maioria do bloco nacional eleita em 16 de novembro de 1919. Ela continha um número considerável de pessoas boas, bem-intencionadas, bons patriotas, bons católicos. Ela não soube destruir as leis laicas. Respeitou todos os ídolos datados de GAMBETTA e FERRY.

O 4º ERRO é um erro histórico, reside na frase "no domínio da ação só há o governo que a França se deu", figurando na entrevista ao *Petit Journal*; encontra-se na carta aos cardeais "Aceitar a república, isto é, o poder constituído".

A república era "o governo que a França se deu"? Sucessivamente, a Assembleia Nacional rejeitou em 1874 uma proposta de CASIMIR PERIER e em 1875 uma proposta de LABOULAYE tendentes a estabelecer o regime republicano. Sabe-se que a emenda WALLON declarava que "O Presidente da

República Francesa é eleito pela pluralidade dos votos". Repete-se por toda parte que foi aprovada por um voto de maioria, 353 votos contra 352, mas o resultado oficial da votação foi fraudado, trata-se de uma fraude parlamentar. Dois deputados, LEURENT e MALLEVERGNE, registrados como tendo votado a favor, declararam ter votado contra; TARGET contou mais tarde que, registrado como tendo votado a favor, estava na realidade ausente, estava em HAIA naquele dia. Os verdadeiros resultados da votação sobre a emenda WALLON eram, portanto, a favor 350, contra 354. Na realidade, a emenda foi rejeitada por 4 votos de maioria, não deixa de ser a origem constitucional oficial da república, segundo a regra absurda do parlamentarismo de que um voto proclamado está adquirido. É deplorável que os deputados realistas tenham se deixado levar. Deram um belo exemplo de pusilanimidade. Pode-se concluir que é ao homologar uma fraude que Leão XIII pôde falar de governo que a França se deu e dos poderes constituídos. Na realidade, eles não estavam constituídos.

O 5º ERRO foi formulado na audiência ao BARÃO DE MONTAGNAC em 1894: "O que faz com que os católicos sejam excluídos de tudo é que se acredita que são monarquistas". Leão XIII parece pensar que muitos políticos só apoiam as leis antirreligiosas para defender a república; acredita que o mesmo se passa com os eleitores, que, para ele, votariam de bom grado em católicos se estes se dissessem republicanos. Teria dito ao Barão de MONTAGNAC: "Quando os católicos tiverem entrado na república, chegarão a tudo, aos cargos e às cadeiras eleitorais". Acredita ser possível um acordo pelo qual, se os católicos aceitassem a república, muitos republicanos abandonariam as leis religiosas; isso o leva a preconizar um entendimento com os republicanos moderados, os oportunistas, para separá-los dos radicais.

Não se dá conta de que, se os radicais são antirreligiosos antes de serem republicanos, o mesmo ocorre com os oportunistas. A diferença diz respeito apenas à tática. Mais tarde, MÉLINE, apoiado pelos *ralliés*, se gabará de ter laicizado mais escolas que seu predecessor.

FERRY afirmava que a campanha contra o clericalismo havia sido liderada pelos moderados: "Foi a política moderada, foram os homens moderados que fizeram isso. Foram eles que assumiram essa responsabilidade temível e que lideraram toda a campanha. E se possuíis a trilogia à qual durante muito tempo o instinto republicano se confiou: obrigatoriedade, gratuidade, laicidade do ensino, a quem o deveis senão à política moderada?"

JAURES perguntou um dia a FERRY: "Qual é, então, o vosso ideal? Para que termos acreditais que evolui a sociedade humana e onde pretendeis conduzi-la?" FERRY refletiu um instante como para formular seu pensamento com precisão: "Meu objetivo é organizar a humanidade sem Deus e sem Rei".

Mais tarde, o moderado Charles DUPUY declarará que entre os *ralliés* e a república não poderia haver questão de condições: "Há uma das leis fundamentais da república, a lei escolar. A essa lei, todo republicano deve aderir sem restrição nem reserva".

Ao prescrever o *ralliement*, Leão XIII quis satisfazer os eleitores e os políticos que só combatem a Igreja por apego à república, mas esses eleitores e esses políticos hostis à religião por amor à república e por ódio à realeza não existiam. Leão XIII quis satisfazer mitos e fantasmas.

A consequência será desastrosa: serão os realistas que serão acusados de atrair a perseguição contra a Igreja por sua intransigência.

Já vimos os outros erros: a suposta divisão dos católicos, sua suposta oposição sistemática, seu suposto uso da religião para fins políticos.

OS RESULTADOS

Em 20 de abril de 1893, o Santo Padre interrogou Dom D'HULST sobre o estado dos partidos: "E quantos bons deputados conta hoje a câmara?" "Cerca de 200, Santíssimo Padre." "Pois bem", retomou este, "agora que mostrei aos católicos o caminho a seguir, espero que esse número seja muito aumentado." "Santíssimo Padre", respondeu o Cardeal D'HULST, "voltaremos de 90 a 100."

Os resultados das eleições de 1893 infelizmente dariam razão à previsão de Dom D'HULST.

No primeiro turno, os *ralliés* obtiveram apenas 14 cadeiras. No segundo, apenas 35. Seus 3 principais chefes, LAMY, de MUN e PIOU, foram derrotados.

Do outro lado, duas grandes lideranças do radicalismo, FLOQUET e CLEMENCEAU, perdem seus assentos. Os beneficiários da votação são os moderados, os oportunistas que correspondem à nuance do governo em exercício presidido por Charles DUPUY. Alguns socialistas são eleitos.

Os "ralliés" [católicos conciliados com a República] continuam gerando as mesmas desconfianças; é o clericalismo que é rejeitado pelo sufrágio universal, e é a religião que é repelida tanto quanto, ou até mais, que a monarquia.

Em 1889, a união conservadora havia obtido 3.144.978 votos; em 1893, obteve 977.598, e os "ralliés", 569.912. Somando essas duas categorias, chega-se a apenas 1.577.446 votos, ou seja, uma perda de cerca de metade dos votos. Os católicos haviam aceitado a República; os eleitores pensaram que, se a República não tinha inconvenientes, era preferível votar nos verdadeiros republicanos.

O jornal *La Croix* interpretou as diretrizes do Papa de votar nos católicos conciliados com a República, mostrando-se favorável, em Paris, ao maçom MARMOTTAN contra CALLA, realista; em Issoudun, ao Dr. DUMONT, que havia denunciado violentamente a reação clerical e realista. O *La Croix* do Sena e Marne apoiou o maçom GESTILLIER. O *La Croix* de Reims fez seus leitores votarem em dois candidatos que aceitavam as leis escolares laicas.

No Gers, os "ralliés" votam no primeiro turno em LAUDET contra PAUL DE CASSIGNAC, grande defensor da religião e adversário das leis sectárias; após o primeiro turno, LAUDET desiste pura e simplesmente, e no segundo turno o radical BASCOV é eleito com votos católicos.

Como se vê, a imprensa católica interpretou a "ralliement" [conciliação] no sentido de que era conveniente combater antes de tudo aqueles que não aceitavam a República, deixando o combate contra os sectários antirreligiosos em segundo plano.

O Papa havia pedido união para combater a legislação ímpia. O que aconteceu com esse combate? Os opositores à nova política foram, na realidade, os únicos que praticaram a resistência efetiva à qual a encíclica convocava os católicos para a defesa da religião.

Em 3 de março de 1894, por maioria de 302 votos contra 119, a Câmara adota uma ordem do dia apresentada por BARTHOU e prontamente aceita pelo governo: "A Câmara, confiante na vontade do governo de manter as leis republicanas e de defender os direitos do Estado laico, passa à ordem do dia". Manifestava-se assim o que os republicanos moderados chamavam de "espírito novo". Albert de MUN, que havia sido eleito em uma eleição parcial, o Sr. de MACKAU, D'ARENBERG e outros "ralliés" abstiveram-se de votar. O *Moniteur de ROME*, jornal criado para defender a política pontifícia, os aprova: "As afirmações sobre as leis, diz ele, têm até hoje apenas uma importância secundária"...

Alguns dias depois, ocorre um debate sobre a forma como será aplicada a lei sobre as fábricas paroquiais. A lei de 26 de janeiro de 1892 transferia sua administração das mãos dos católicos e do bispo para as mãos de funcionários do Estado. SPULLER declara: "o governo não conhece o direito canônico; o caráter místico da Igreja não tem ação sobre ele; o Estado considera que a regulamentação das fábricas lhe pertence exclusivamente, é seu direito".

Toda a direita registrou, com seu silêncio, a declaração do ministro. Em 18 de maio, em outra sessão, o Presidente do Conselho, CASIMIR-PERIER, expressou-se da seguinte maneira: "Sempre sustentamos e sustentaremos que a legislação sobre as fábricas é um terreno exclusivamente nacional. Sempre dissemos que não se trata de um domínio misto, que se trata de uma legislação nacional, de que somos os únicos senhores na matéria".

A ordem do dia apresentada pelo Sr. LEYGUES, redigida nos seguintes termos: "A Câmara, aprovando as declarações do governo, passa à ordem do dia", é adotada por 334 votos contra 142. É a subordinação completa da Igreja ao Estado. O Sr. DE MUN, o Sr. de MACKAU, Monsenhor d'HULST, o Barão REILLE e vários outros, num total de 25, abstiveram-se de votar. Vinte e um vão ainda mais longe e votam a favor do ministério. Entre eles, alguns novos deputados cuja eleição havia sido celebrada como devendo marcar o triunfo de uma ação católica mais adequada aos novos tempos e, conseqüentemente, mais eficaz na defesa dos interesses religiosos. A direita conta apenas com 22 opositores, entre os quais se encontrava ainda o Abade LEMIRE, que mudaria de ponto de vista posteriormente.

Vê-se como os deputados católicos conciliados compreendiam as diretrizes pontifícias que haviam exortado "todas as pessoas honestas a se unirem como um só homem para combater, por todos os meios honestos e legais, os abusos progressivos da legislação antirreligiosa".

O Abade BARBIER observa que, enquanto esses eventos ocorrem, o *L'OSSERVATORE ROMANO*, em uma série de artigos, exalta os resultados da política pontifícia e fulmina contra os católicos que os desconhecem. Ele se surpreende que um jornal "que pretende ser mais papal do que o papa" analise desfavoravelmente as declarações ministeriais de 3 de março. "Exclusivamente preocupado com o sentido das palavras, ele não leva em conta o espírito que ditou essas declarações".

Portanto, para o *L'OSSERVATORE ROMANO*, "manter as leis republicanas e defender os direitos do Estado laico" não deve ser entendido desfavoravelmente, porque isso é dito segundo um "espírito novo". Entre os jornais católicos, *La Vérité* abstinha-se cuidadosamente de qualquer crítica à política pontifícia, mas recusava-se a admitir que fosse preciso calar-se e cessar a resistência religiosa para não suspeitar da sinceridade da adesão ao regime. *La Vérité* mantinha-se estritamente no terreno dos ensinamentos do papa: aceitação sincera dos poderes constituídos e firme resistência a suas usurpações dos direitos e liberdades da Igreja.

Apesar dessa atitude, que julgava conforme às diretivas romanas, *La Vérité* recebeu duas repreensões do Cardeal RAMPOLLA – na segunda, de 30 de junho de 1895, o secretário de Estado dizia-lhe "que era preciso que os católicos trabalhassem primeiramente pela melhoria do governo, o que exigia uma ação assídua, paciente, confiante, análoga à solicitude e ao conjunto de cuidados discretos que se costuma observar para promover a cura de um doente".

A Verdade está em desacordo com a Santa Sé. De fato, seus artigos são feitos mais para excitar os ânimos contra a república, embora ela aceite o fato constitucional; no espírito dos leitores, eles alimentam a convicção de que em vão se esperaria a paz religiosa de tal forma de governo e, frequentemente, apresentam as coisas de modo que dão a entender que a situação piora em vez de melhorar. A Verdade, por isso, cria, por um lado, uma atmosfera de desconfiança e desânimo e, por outro, contraria e atravessa esse movimento concordante das vontades".

A partir de então, "A Verdade" não cessa de ser denunciada diariamente pela imprensa aliada, pelos oradores de reuniões católicas e por bispos como um jornal pernicioso; superiores de ordens religiosas proíbem sua entrada em suas comunidades.

Pode-se constatar que das recomendações feitas em 1892 pelos bispos da França, primeiro, e depois pelo Papa, de uma resistência firme às invasões do poder secular sobre o espiritual, nada subsiste. A dificuldade resultante de uma atitude prática incômoda – aceitação sincera da república de um lado, combate contra a legislação do outro – estava resolvida; restava apenas a adesão total às instituições.

Resta perguntar exatamente que tipo de Ralliement ainda era exigido nos anos seguintes. Não resistimos ao desejo de citar DRUMOND, que escrevia em 02/02/1897 na *Libre Parole*: "É impossível, creio, imaginar submissão mais completa do que a dos católicos, de qualquer partido que sejam. Eles dão seu dinheiro, que se desperdiça, dão seus filhos, que se faz matar estupidamente por falta de tomar as mais elementares precauções; obedecem a tudo que lhes é ordenado com uma docilidade que beira a servilidade.

Cortam-se os impostos, impõem-se ao país os encargos mais esmagadores; ninguém se mexe, ninguém protesta, ninguém dá um grito na rua? O que esperam para aderir? Francamente, não podem exigir, no entanto, que os católicos, transportados de alegria diante da situação atual, vão até FÉLIX FAURE, LOUBET ou BRISSON para fazer carinho no queixo deles, chamando-os de CAMILLE.

Cristo ordenava pura e simplesmente pagar o tributo a César. O Vigário de JESUS CRISTO, ou pelo menos aqueles que dão às suas palavras um significado que provavelmente não têm, vão mais

longe; dizem a franceses que estão em sua própria casa, que são, repetimos, iguais àqueles que os oprimem, que não foram vencidos como os judeus o foram pelos romanos: 'Não apenas entreguem a moeda a César, mas deixem-se tomar as calças por ele, e façam-lhe um sorriso de mimo, achando que ele é muito bonitinho'".

UMA ABERRAÇÃO: A INFALIBILIDADE DO RALLIEMENT

O caráter ex-cátedra da carta aos franceses de 16/02/1892 foi defendido: 1º - pela revista L'Ami du Clergé de 29/08/1895: "essas palavras 'aceitar a república' mostram bem que os princípios e sua aplicação à França formam um único todo. E como o papa ensina ao formular os princípios, não é possível supor que ele não ensine ao aplicá-los às coisas da França. E se uma das duas partes desse ensinamento é dada ex-cátedra, não é possível admitir que a outra não seja igualmente dada ex-cátedra". 2º - pelo Sr. FONSEGRIVE na revista La Quinzaine de 01/07/1897: "Em nome da autoridade moral infalível para os católicos, a legitimidade da república não é, neste momento, menos real do que pôde ser, em seu tempo, a de LUÍS XIV". 3º - em 1898 por Dom LE NORDEZ, futuro bispo de DIJON, que publicou uma entrevista comentando um artigo do OSSERVATORE ROMANO no qual ele fazia intervir a infalibilidade pontifícia na submissão devida às orientações de LEÃO XIII. Ele recebeu agradecimentos públicos do cardeal RAMPOLLA.

É quase desnecessário notar que a encíclica "Au Milieu des Sollicitudes" não diz respeito nem à fé nem aos costumes, que contém apenas uma simples medida disciplinar e que não se dirige ao conjunto dos fiéis. A questão da infalibilidade nem sequer se coloca.

OUTRA ABERRAÇÃO – O PECADO DO NÃO RALLIEMENT

A tese segundo a qual a recusa do Ralliement constituía uma falta grave foi sustentada várias vezes. Primeiro, implicitamente, pelo Cardeal LECOT, arcebispo de BORDEAUX, em sua carta pastoral para a Quaresma de 1894: "O que deveria fazer o pontífice supremo? Indicar como um direito a adesão formal à constituição francesa e, segundo o rigor de um ensinamento ao qual a teologia cristã dá todas as suas garantias, impô-la como um dever".

A doutrina do pecado grave foi sustentada depois explicitamente.

1º - Por L'Ami du Clergé em seus números de 27/05/1897 e 02/07/1897 - ele coloca a questão: "Mas há pecado grave em votar no monarquista hostil às orientações pontifícias? Consideramos essa atitude gravemente culpável em si mesma, porque está em contradição com as orientações pontifícias, é de natureza a prejudicar o bem geral espiritual e temporal e não corresponde ao dever que temos de ser submissos ao governo estabelecido...."

E votar nessas condições para o monarquista católico, refratário à primeira parte das orientações pontifícias contra o republicano católico que as admite ambas, é faltar ao cumprimento de um dever que não é menos de direito natural do que o direito positivo eclesiástico..."

No caso em questão, tratava-se de uma eleição opondo o conde de BLOIS ao abade GAYRAUD. O conde de BLOIS era um católico com um longo passado de dedicação à Igreja, não era alinhado, mas não havia manifestado qualquer oposição às orientações pontifícias; seu manifesto eleitoral

Ihe valera as felicitações de Dom de CABRIÈRES, bispo de MONTPELLIER. O abade GAYRAUD era alinhado.

O *Ami du Clergé* dizia ainda: "A obediência ao soberano pontífice impõe ao eleitor católico o dever de votar no candidato submisso ao papa, e sendo a matéria grave, a obrigação também é grave... ainda que o papa não ordenasse, a existência da obrigação decorre das razões de direito natural que motivam sua orientação, e a gravidade da obrigação decorre naturalmente da gravidade da matéria. As duas razões unem-se, portanto, para proibir em nome do direito natural, não apenas a ação violenta e sua aflição, mas também a ação pacífica e legal contra a forma republicana."

2º - Pelo *Univers* de 17/10/1897, que aprova o *Ami du Clergé* e redobra sua publicidade.

3º - Pelo R. P. DEHON, que em "As orientações pontifícias, políticas e sociais" concluía: "Assim, ainda que o papa não tivesse falado, haveria falta grave em não aceitar lealmente o governo da república, porque essa aceitação é o cumprimento de um dever natural e divino, e porque é exigida para o bem espiritual e temporal da sociedade."

Se tal doutrina é verdadeira, se todo regime estabelecido é de direito natural e divino, resulta que era proibido ser monarquista ou republicano sob o Primeiro Império, ser republicano ou bonapartista sob a Restauração, ser legitimista ou republicano sob a Monarquia de Julho e sob o Segundo Império; que, por exemplo, o R. P. LACORDAIRE e OZANAM, republicanos sob outro regime, se encontravam em estado de pecado perpétuo.

O FRACASSO DO RALLIEMENT

O fracasso total do Ralliement é patente:

1º - LEÃO XIII o recomendara aos católicos para que sua ação religiosa não fosse suspeita de segundas intenções políticas e com o objetivo de melhor lidar com a má legislação. Os alinhados renunciaram a combater a má legislação para que seu Ralliement político não fosse suspeito.

2º - A intenção de LEÃO XIII fora desvalorizar a política e colocar a religião em primeiro plano, o que era muito bom, mas ele chegou exatamente ao resultado inverso.

3º - Ele quisera impedir a separação da Igreja e do Estado. Pelo contrário, acelerou-a, conforme o programa enunciado previamente a FLOURENS pelo ministro do Interior CONSTANS já em 1891: "Mas que concessões fazeis em troca de vantagens políticas, segundo vós tão apreciáveis? Nenhuma. Ao menos parais a corrida rumo à separação? Ao contrário, nós a aceleramos; dentro de 10 ou 15 anos, será realidade."

CONSTANS compreendera que as mesmas razões que levavam os católicos a capitular sobre a forma do regime também os levariam a capitular sobre a legislação.

Lê-se frequentemente atualmente que o Ralliement fracassou porque LEÃO XIII não foi obedecido. Isso é exato tanto para os não alinhados quanto para os alinhados: os primeiros desobedeceram quanto ao regime, os segundos quanto à legislação; mas os não alinhados eram poucos e tinham pouca influência.

Na realidade, o Ralliement fracassou porque não podia deixar de fracassar, e porque se baseava numa análise inexata dos fatos, estando LEÃO XIII mal informado sobre as condições reais da vida política na França. Seus conhecimentos e opiniões doutrinários em política também não estavam à altura de seus eminentes conhecimentos teológicos.

Pensamos também que o Ralliement fracassou por outra razão: em todo esse assunto, tratava-se apenas dos meios humanos e nunca da ação divina.

O DOMÍNIO DA ORAÇÃO

"No domínio da ação, só existe o governo que a FRANÇA se deu." Esta frase dava a entender que no domínio do pensamento, expresso ou não, poderia haver outro governo, mas só existem a ação e o pensamento. E o domínio da oração? LEÃO XIII não fala dele. Será que "no domínio da oração só existe o governo que a FRANÇA se deu"? Isso LEÃO XIII não diz. E, no entanto, a religião ensina que a oração é mais importante que a ação. Não poderiam os franceses obter pela oração, graças à onipotência divina, o que não poderiam alcançar por seus próprios meios?

Apenas para as mudanças de legislação, a oração certamente faz mais do que todos os jogos eleitorais.

Acreditamos e persistimos em acreditar que, contra o Laicismo ímpio da 3ª república e das repúblicas de outros números que se seguiram, o meio mais eficaz é a oração pelo reconhecimento, primeiro, de CRISTO REI e, depois, de seu tenente na terra da FRANÇA, cuja tarefa é fazê-lo reinar.

Melanie CALVAT, vidente da aparição de LA SALETTE, escrevia em 23 de abril de 1881: "Não cesso, apesar da minha grande indignidade, de rezar todos os dias ao Bom Deus, para que ele encurte o castigo que merecem os nossos pecados e nos dê o nosso REI, a flor de lis, não porque o merecemos, mas por pura misericórdia. Espero que o Coração de Jesus se deixe comover pelas orações de tantas almas que o rezam." Em 1903, em TILLY-SUR-SEULLES, no Calvados, na sequência de aparições que, por razões políticas, não foram examinadas pela autoridade eclesiástica, mas que são autenticadas por inúmeros milagres, a SANTÍSSIMA VIRGEM, que, além disso, havia confirmado tudo o que LEÃO XIII dissera sobre o rosário e que até tivera palavras elogiosas a seu respeito - "Ele mereceu sua coroa, pois sempre foi zeloso por sua Igreja" -, não confirmou, no entanto, suas diretrizes sobre o Ralliement. Ela pronunciou várias vezes uma frase que não vai nesse sentido: "Meus filhos, a república vai cair, é o reino de Satanás. Rezem pelo rei que virá. O Rei que virá trará em suas armas as insígnias de meu Divino FILHO."